



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 0003/2023

PREAMBULO

O Município de José Gonçalves de Minas – Estado de Minas Gerais, através da Comissão Permanente de Licitação – CPL, torna público a realização do procedimento licitatório abaixo mencionado:

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 0063/2023

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO N.º 0003/2023

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL

HORÁRIO E DATA DA SESSÃO: 29/06/2023 09:00:00 - 09:00:00

HORÁRIO E DATA LIMITE PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: 29/06/2023 09:00:00 - 09:00:00

LOCAL:

SETOR DE LICITAÇÕES SITUADO NA SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS - MINAS GERAIS, LOCALIZADO NA RUA NATALINO LAGO DA VEIGA, Nº 275 - CENTRO. CEP. 39.642-000 – JOSÉ GONÇALVES DE MINAS – MG.

REGÊNCIA:

O PRESENTE CERTAME SERÁ REGIDO PELA LEI FEDERAL N.º 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E POSTERIORES ALTERAÇÕES, LEI 123/2006 E POSTERIORES ALTERAÇÕES E DEMAIS CONDIÇÕES FIXADAS NESTA TOMADA DE PREÇOS.

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para REFORMA NA QUADRA POLIESPORTIVA de Ijicatu no Município de José Gonçalves de Minas/MG.

DISPONIBILIDADE DO EDITAL:

DE 08:00 AS 16:00 HORAS, EM DIAS ÚTEIS, NO ENDEREÇO ACIMA, BEM COMO NO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0063/2023

EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 0003/2023

O Município de José Gonçalves de Minas/MG torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 0003/2023, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** – Processo nº 0063/2023, destinada a **Contratação de empresa especializada para REFORMA NA QUADRA POLIESPORTIVA de Ijicatu no Município de José Gonçalves de Minas/MG** de acordo com o estipulado no presente Edital e seus anexos, e as normas contidas na Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, Lei Complementar 123/2006 e demais legislações atinentes a matéria.

Esta licitação é do tipo **menor preço**, sob o regime de **Empreitada por Preço Global** e reger-se-á pelas disposições legais pertinentes, em especial a Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações, pelo presente ato convocatório, e, no que couber, a Lei Complementar 123/2006.

Os esclarecimentos e as informações necessárias aos licitantes serão prestados na sede deste Município, à **Rua Natalino Lago da Veiga, n. 275 - Centro - José Gonçalves de Minas/MG** - CEP:39.642-000, ou pelo fone (33) 3737-8001, Email: licitacao@josegoncalvesdeminas.mg.gov.br, das 08:00 às 12:00 e de 13:00 às 16:00 horas.

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto a escolha de proposta mais vantajosa destinada a **Contratação de empresa especializada para REFORMA NA QUADRA POLIESPORTIVA de Ijicatu no Município de José Gonçalves de Minas/MG.**, conforme localizações e especificações descritas no Memorial Descritivo (ANEXO X), Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-financeiro (ANEXO XI), Projetos (ANEXO XII) e Projeto Básico – Termo de Referência (ANEXO XIII), que fazem parte integrante deste edital.

2. DO VALOR E DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. O valor máximo aceito pelo MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG, para execução das obras/serviços, objeto desta licitação, é o estabelecido na planilha orçamentária de custos e cronograma físico-financeiro parte integrante deste certame qual seja **R\$: 107.805,99 (cento e sete mil, oitocentos e cinco reais e noventa e nove centavos).**

2.2. PRAZO DE EXECUÇÃO MÁXIMO: 05 meses a contar do recebimento da Ordem de Início dos Serviços.

2.3. Deverá os serviços prestados obedecer, rigorosamente as normas técnicas e de segurança e medicina do trabalho vigente, para trabalhos dessa natureza, utilizando-se de equipamentos e ferramentas adequados, conforme prevista na legislação específica, bem como os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto do contrato, nos termos do § 1º, do Artigo 71, da Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.

2.4. As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta das dotações orçamentárias seguintes:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



Dotação

- 27.812.0028.3080 Construção/Ampliação de Campos de Futebol e Unidades Esportivas
44905100 Obras e Instalações | 501

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1. Somente poderão participar da presente licitação empresas, que:

a) estejam devidamente CADASTRADAS no MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG, e que sejam do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação.

3.1.1 – As empresas **não cadastradas** no MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG **poderão cadastrar-se**, conforme previsão contida no art. 22, § 2º, da Lei 8.666/93 e posteriores alterações, até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, **das 08:00 (oito horas) às 12:00 (doze horas) e das 13:00 (treze horas) às 15:00 (quinze horas)**, **(EM DIAS DE EXPEDIENTE)**, junto ao setor de licitações do Município de José Gonçalves de MinasMG, na Rua Natalino Lago da Veiga, 275, Centro - José Gonçalves de Minas – MG, mediante a apresentação dos seguintes documentos necessários ao cadastramento, quais sejam:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, sendo que, em se tratando de sociedade por ações, o estatuto deverá estar acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal e a Seguridade Social**, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional com validade plena;

c) Cópia da Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual relativa à sede do licitante com validade plena;

d) Cópia da Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal relativa à sede do licitante com validade plena;

e) Cópia do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal CEF e com validade plena;

f) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT) expedida pela Justiça do Trabalho em cumprimento do disposto no art. 3º da Lei nº. 12.440, de 7 de julho de 2011.

h) Cópia da Certidão Negativa de Falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da empresa ou da Certidão Negativa de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa jurídica, no máximo nos **90 (Noventa)** dias anteriores à data da apresentação da proposta;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



i) Certidão de registro e quitação de pessoa jurídica, válida, emitida Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

3.1.1.1 - Os documentos enumerados neste item - 3.1.1 deverão ser em uma via original, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, ou em cópia autenticada por tabelião de notas, podendo ainda, em qualquer caso, vir em cópia para autenticação por servidor do Município de José Gonçalves de Minas - MG, mediante apresentação do original, ficando estabelecido que as certidões emitidas via internet estarão sujeitas a conferência através dos citados meios.

3.1.1.2 - O cadastramento só poderá ser feito diretamente no setor mencionado, não sendo possível o cadastramento via fax, telefone, e-mail ou outro meio análogo.

3.2. Não poderão participar da presente licitação pessoa física ou jurídica enquadradas nas condições estabelecidas no art. 9º, da Lei Federal 8.666/93;

3.3. Não poderão participar da presente licitação pessoa física ou jurídica enquadrada nos preceitos ditados pela Lei Estadual nº 13.994, de 18/09/2005;

3.4. Não será permitida a participação de empresas em consórcio;

3.5. O representante da empresa licitante, para participação nesta licitação, deverá estar munido de carta de credenciamento/procuração, que lhe permita assinar documentos e decidir em nome de seu representado, inclusive quanto à desistência de interposição de recurso.

3.5.1. Cada empresa licitante deverá ser representada por somente um representante legal identificando-se perante a Comissão Permanente de Licitação, quando solicitado, exibindo a respectiva célula de identidade ou documento equivalente;

3.5.2. A carta de credenciamento/procuração somente será aceita se assinada pelo representante legal da empresa licitante, **(COM RECONHECIMENTO DE FIRMA)** conforme ANEXO I, constante deste Edital;

3.5.3. OS DOCUMENTOS QUE CREDENCIAM O REPRESENTANTE DEVERÃO SER ENTREGUES SEPARADAMENTE DOS ENVELOPES DE NÚMEROS 01 (UM) E 02 (DOIS); SENDO OS MESMOS:

a) Credenciamento/procuração **(RECONHECER FIRMA)** conforme ANEXO I.

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, sendo que, em se tratando de sociedade por ações, o estatuto deverá estar acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Cópia do CPF e RG do representante legal

3.5.4. A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não impedirá a participação do licitante no presente certame, porém impedirá o interessado de manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão, em nome do licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



3.6. A proponente poderá, em caso de dúvida, quer seja de caráter técnico ou legal, na interpretação deste Edital, consultar a Comissão Permanente de Licitação CPL do Município de José Gonçalves de Minas – MG, situada à Rua Natalino Lago da Veiga, 275, José Gonçalves de Minas – MG, no horário de 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00, podendo, também, a consulta ser feita por Email: licitacao@josegoncalvesdeminas.mg.gov.br.

3.6.1. Somente serão respondidas as consultas formalizadas, por escrito, encaminhadas até 3 (três) dias úteis antes da data de entrega da documentação.

3.6.1.1. Os esclarecimentos solicitados serão prestados por fax/email, a quem solicitou e sem identificação dos seus autores.

3.7 - Não poderão concorrer direta ou indiretamente, ou participar do fornecimento:

3.7.1 - Interessados que se encontrarem em regime de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionam no País, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos ou punidos para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3.7.2 – Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

4. DA HABILITAÇÃO

4.1. A proponente deverá, **09:00:00 de Quinta-feira , 29 de Junho de 2023 - 09:00:00**, apresentar-se, na sede do Município de José Gonçalves de Minas – MG, situada na Rua Natalino Lago da Veiga, 275, José Gonçalves de Minas – MG, habilitar-se à licitação apresentando para protocolo, 2 (dois) envelopes fechados, contendo na parte externa de cada um a razão social da licitante, referência e o número da Tomada de Preço 0003/2023, sendo o de nº 1 (um) com a menção “1ª FASE / HABILITAÇÃO” e o de nº 2 (dois) com a menção “2ª FASE / PROPOSTA”.

4.1.1. A interessada que protocolar seus envelopes após o horário fixado no item 4.1 decairá do direito de participar da licitação.

4.2. 1ª Fase / Habilitação: O envelope de nº 1, correspondente à “1ª FASE / HABILITAÇÃO”, deverá conter os documentos enumerados nos itens 4.2.1 a 4.2.19, apresentados da seguinte forma:

a) Em uma via original, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, ou em cópia autenticada por tabelião de notas, podendo ainda, em qualquer caso, vir em cópia para autenticação por servidor do Município de José Gonçalves de Minas – MG, mediante apresentação do original.

4.2.1. DOCUMENTO H -1

Cópia do Certificado de Registro Cadastral, **QUE NÃO SUBSTITUI OS DEMAIS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA HABILITAÇÃO**, emitido pelo Município de José Gonçalves de Minas - MG, com validade na data da licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



4.2.2. DOCUMENTO H -2

Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial/Cartório.

4.2.2.1. Em se tratando de sociedade por ações, o estatuto deverá estar acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

4.2.3. DOCUMENTO H -3

Cópia do CPF e RG do (s) sócios da empresa ou do sócio administrador.

4.2.4. DOCUMENTO H -4

Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal e a Seguridade Social**, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional com validade plena;

4.2.5. DOCUMENTO H -5

Cópia da Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual relativa à sede do licitante com validade plena;

4.2.6. DOCUMENTO H -6

Cópia da Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal relativa à sede do licitante com validade plena;

4.2.7. DOCUMENTO H -7

Cópia do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF e com validade plena;

4.2.8. DOCUMENTO H -8

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

4.2.9. DOCUMENTO H -9

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT) expedida pela Justiça do Trabalho em cumprimento do disposto no art. 3º da Lei nº. 12.440, de 07 de julho de 2011.

4.2.10. DOCUMENTO H -10

Apresentação de atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU); acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT), específica para a obra referida no Atestado, comprovando que o(s) profissional(is) indicado(s) para ser(em) o(s) responsável(is) técnico(s) da obra, executou(aram) ou fiscalizou(aram) **obras que sejam iguais ou semelhantes ao objeto desta licitação.**

4.2.11. DOCUMENTO H -11



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



Cópia da Certidão Negativa de Falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da empresa ou da Certidão Negativa de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa jurídica, no máximo nos **90 (Noventa)** dias anteriores à data da apresentação da proposta;

4.2.12. DOCUMENTO H-12

Certidão de registro e quitação de pessoa jurídica, válida, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU);

4.2.13. DOCUMENTO H-13

Comprovação de possuir um responsável Técnico pertencente ao quadro permanente da empresa, cuja comprovação deverá ser feita por meio de apresentação de uma das opções de documentos a seguir:

- a) Cópia da ficha de Registro de Empregados - RE, ou
- b) Cópia da folha do Livro de Registro de Empregados, ou
- c) Cópia de Ato Constitutivo em vigor, no qual conste o nome do responsável técnico.
- d) Contrato de prestação de serviços, vigente, firmado entre a empresa e o responsável técnico.

Obs.: Caso a licitante opte pela cópia da folha do Livro de Registro de Empregados, deverá apresentar, no momento da licitação, o Livro original para autenticação pela Comissão.

4.2.13.1. Nenhum responsável técnico poderá representar mais de uma licitante;

4.2.14. DOCUMENTO H-14

Comprovante válido de Registro e Quitação do Responsável Técnico da empresa emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU);

4.2.15. DOCUMENTO H-15

Declaração de que, não possui em seu quadro de pessoal atuando em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (CFB. Art. 7º, inciso XXXIII, c/c a Lei nº 9.854/99). Conforme ANEXO IV, constante deste Edital;

4.2.16. DOCUMENTO H-16

Declaração de Inexistência de fatos impeditivos, conforme ANEXO II, constante deste Edital;

4.2.17. DOCUMENTO H-17

Declaração de Aceitação das Condições deste Edital e de Submissão às Exigências Legais, bem como de responsabilidade pela autenticidade e veracidade dos documentos e informações apresentados (modelo Anexo VII).

4.2.19. DOCUMENTO H-19

4.2.19.1 - A visita técnica ao local onde serão executados os serviços objeto desta licitação, para levantamento das condições existentes, é OBRIGATÓRIA, previamente agendada no Departamento Engenharia através do nº (33) 99954 9954 com 24 horas de antecedência, sendo prazo limite até o dia anterior à abertura das propostas;

4.2.20. DOCUMENTO H-20



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que desejarem obter benefícios da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e posteriores alterações e fizerem jus aos benefícios, deverão apresentar a **Certidão Simplificada Digital emitida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data marcada para o certame**

4.3. Após a fase de habilitação, não caberá desistência da Proposta, salvo motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação, conforme disposto no § 6º, art. 43, da Lei Federal nº 8.666/93.

5. DO CADASTRO

Somente poderão participar do presente certame as empresas que integram o Cadastro de Fornecedores do Município de José Gonçalves de Minas - MG, detentoras do Certificado de Registro Cadastral – CRC, observadas as disposições do item “3” deste Edital.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A apresentação da Proposta de Preços na licitação será considerada como evidência de que a licitante examinou completamente o Edital e todos os seus anexos, que os comparou entre si, que obteve do MUNICÍPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG informações satisfatórias sobre qualquer ponto duvidoso, e considera que o Edital desta licitação lhe permitiu preparar a proposta de preços de maneira completa e totalmente satisfatória;

6.2. No caso de discrepância entre os valores numéricos e por extenso, lançados na proposta, prevalecerá o valor grafado por extenso;

6.3. O envelope de nº 2, correspondente à 2ª FASE / PROPOSTA deverá conter, obrigatoriamente, os documentos a seguir relacionados:

6.3.1. DOCUMENTO P-1

Proposta Comercial, conforme ANEXO V, que integra este Edital, em uma via, que deverá conter, necessariamente, as seguintes informações, considerados como válidos os dados constantes do impresso da empresa, devendo, entretanto, ser complementados os que faltarem:

- a) Nome da empresa licitante, endereço, número do CNPJ, data de abertura da licitação prevista neste Edital e assinatura do seu representante legal;
- b) Preço global proposto pela empresa licitante em reais e por extenso;
- c) Prazo de validade da proposta (em algarismos e por extenso) que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, contados a partir de data da licitação, sob pena de desclassificação da licitante;
- d) Prazo de execução da totalidade dos serviços (em algarismos e por extenso) que, observado o cronograma físico-financeiro, não poderá ser superior a 05 (cinco) meses, contados a partir da data da emissão da Ordem de Início dos Serviços pelo MUNICÍPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG, sob pena de desclassificação da licitante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



e) Nomes do responsável técnico e do representante legal da empresa licitante.

f) Declaração de que nos preços propostos estão inclusos todos os custos diretos e indiretos na execução da obra, tais como mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, alimentação, hospedagem, transporte, seguros, equipamentos de proteção individual, bem como custo com o fornecimento de materiais, veículos e equipamentos que se fizerem necessários na execução da obra objeto da presente licitação, onde a eventual omissão destas afirmações a proponente licitante confessa que tais despesas estão inclusas na sua proposta de preços.

6.3.2. DOCUMENTO P-2

Planilha Orçamentária contendo todos os quantitativos e preço unitário de todos os itens presentes na tabela orçamentária de custos do projeto com preços em real, bem como **cronograma físico-financeiro**, que poderão ser grafados em computador ou equivalente, apresentada em 1 (uma) via original ou cópia legível, contendo:

- a) **Identificação da empresa licitante;**
- b) **Assinatura ou rubrica do representante legal da empresa bem como responsável Técnico;**
- c) **Mesma ordem, numeração, descrição e quantitativos apresentados na Planilha Orçamentária de Custos do Município de José Gonçalves de Minas - MG, com os preços propostos pela licitante, que, multiplicados pelas quantidades correspondentes e efetuado o somatório dos itens, resultarão o valor final da proposta.**

6.3.2.1. A empresa licitante deverá apresentar sua própria planilha (não será aceita cópia xerográfica da planilha do MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG), completas, com todos os serviços necessários à integral execução das obras.

6.3.2.2. Nos preços propostos deverão ser computados materiais, fornecimento de mão-de- obra, ferramentas, equipamentos, transporte de qualquer natureza, administração, encargos sociais e fiscais, lucros e quaisquer outras despesas incidentes sobre os serviços, objeto desta licitação;

7. DA ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À “1ª FASE / HABILITAÇÃO”

Na data e hora marcadas para a realização da licitação, a Comissão Permanente de Licitação CPL procederá à abertura do Envelope de nº 1 (Um) contendo a documentação relativa à “1ª Fase / Habilitação”, obedecendo ao seguinte roteiro:

- a) Apresentação, aos presentes, do conteúdo do respectivo envelope, procedendo a sua análise nos termos deste Edital e legislação específica;
- b) Habilitação das empresas que cumprirem as exigências prefixadas neste Edital, rubricando a documentação juntamente com os representantes credenciados dos proponentes;
- c) Terminada esta fase, será lavrada ata circunstanciada, que será firmada pela Comissão Permanente de Licitação e pelos licitantes presentes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



d) Os licitantes terão direito aos recursos previstos na Lei 8.666/93 atualizada pela Lei 8.883/94.

e) Aos declarados inabilitados, após a solução de eventuais recursos, se julgados improcedentes, será devolvido fechado, o envelope proposta.

8. DA ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À “2ª FASE / PROPOSTA” E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1. Abertura do envelope de nº 2 (Dois), relativa à “2ª Fase / Proposta”, contendo a documentação das empresas habilitadas, desde que transcorrido o prazo para interpor recurso ou se houver renúncia de todos os licitantes, registrada em ata ou formalizada por escrito, do direito de interposição de recurso contra o julgamento da documentação (habilitação), conforme previsto no preâmbulo deste Edital.

8.1.1. Ultrapassada a fase de habilitação dos licitantes e abertos os envelopes "PROPOSTA DE PREÇOS", **não caberá desclassificá-las por motivo relacionado à habilitação**, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento;

8.2. A COMISSÃO, AO PROCEDER O EXAME DAS PROPOSTAS, DE IMEDIATO, ELIMINARÁ AQUELAS QUE:

a) Ultrapasse o valor máximo estipulado pelo MUNICÍPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG no item 2.1 deste Edital;

b) APRESENTEM QUALQUER PREÇO UNITÁRIO QUE EXCEDA O PREÇO UNITÁRIO CONSTANTE NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA FORNECIDA PELO MUNICÍPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG;

c) Tenham inobservado a legislação e termos do presente Edital;

d) Apresentem rasuras, entrelinhas, emendas ou ainda linguagem que dificulte a exata compreensão de seu enunciado;

e) Não atendam às condições estipuladas nos artigos 44 e 45, da Lei Federal nº 8.666/93;

f) Tenham os preços considerados inexequíveis de acordo com o art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93 com a redação dada pela Lei Federal nº 9.648, de 27/05/98.

8.3. A classificação obedecerá ao princípio do **MENOR PREÇO**, nos termos do inciso I, § 1º do art. 45, da Lei Federal nº 8.666/93.

8.3.1. Será classificada em 1º (primeiro) lugar, a licitante que oferecer o **menor preço global** para a execução da totalidade dos serviços, objeto desta licitação, qual seja, **Contratação de empresa especializada para REFORMA NA QUADRA POLIESPORTIVA de Ijcatu no Município de José Gonçalves de Minas/MG.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



8.3.2. Para a correta observância das disposições do art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93, a Comissão, com espeque no § 3º, do art. 43, da mesma Lei, poderá determinar diligência para apuração do (s) preço (s) proposto (s) pela (s) licitante (s);

8.4. Caso as propostas apresentadas por Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta de menor preço, lhes será assegurada preferência de contratação, situação denominada por “Empate Ficto”.

8.4.1. Para efeito do subitem anterior, ocorrendo o empate ficto, será adotado o seguinte procedimento:

- a) A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela de menor preço;
- b) Não sendo classificada em primeiro lugar Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que se enquadrem na hipótese do subitem 8.4, observada a ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se enquadrem no percentual estabelecido no subitem 8.4, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar proposta melhor;
- d) A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada pela Comissão Permanente de Licitação, para apresentar nova proposta no prazo máximo de dois dias úteis, sob pena de preclusão;
- e) Na hipótese de não-contratação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o objeto da licitação será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
- f) O disposto no subitem 8.4 somente será aplicável quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

8.5. O critério de desempate nesta licitação será, obrigatoriamente, o sorteio, conforme previsto no § 2º, do art. 45, da Lei Federal nº 8.666/93.

9. DA CORREÇÃO DE ERROS DAS PROPOSTAS

9.1. As propostas consideradas classificadas serão verificadas pela Comissão Permanente de Licitação, quanto a erros aritméticos, na sua computação ou em seu somatório. Os erros serão corrigidos pela Comissão Permanente de Licitação da seguinte maneira:

- a) Se existir discrepância entre os valores em algarismos e por extenso estes últimos prevalecerão;
- b) Se existir discrepância no resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá, a menos que, na opinião da Comissão, exista um erro grosseiro e óbvio, caso em que a proposta será considerada desclassificada;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



9.2. O valor estabelecido na proposta será ajustado pela Comissão Permanente de Licitação de acordo com o procedimento acima para correção de erros e deverá ser considerado como aceito.

10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. A adjudicação do objeto da presente licitação será feita à licitante vencedora, consubstanciada na Ata de Julgamento da Proposta;

10.2. Decorrido o prazo para interposição de recurso em face do resultado do julgamento, nenhum tendo sido interposto, ou, julgados os que acaso tenham sido postulados, o Prefeito Municipal de José Gonçalves de Minas-MG, homologará o resultado da licitação, podendo, observado o disposto no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93, revogá-la ou anulá-la;

10.3. A adjudicatária firmará, após a homologação do resultado da licitação, o respectivo contrato, conforme ANEXO VI, integrante deste Edital, observadas as condições estipuladas no mesmo;

10.4. A adjudicatária será notificada pelo MUNICÍPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação, assinar o contrato, ou instrumento equivalente.

10.4.1. O Contrato poderá ser assinado digitalmente seguindo o prazo estabelecido no Item 10.4. Caso seja utilizado a assinatura digital a mesma deverá ser feita por meio de certificação digital em todas as páginas do arquivo.

10.4.2. Este prazo, a requerimento da adjudicatária e a critério exclusivo do Município de José Gonçalves de Minas/MG, presentes as razões de interesse público, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período.

10.4.2.1. O ato de convocação da adjudicatária para assinatura do contrato ou instrumento equivalente interrompe a contagem do prazo de validade da proposta.

10.4.3 - A Adjudicatária será também responsável, na forma do contrato de obras e serviços, pela qualidade das obras e serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações dos projetos, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, com o estabelecido no caderno de encargos da SUDECAP e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo Engenheiro do Município. A ocorrência de desconformidade implicará no refazimento dos serviços e na substituição dos materiais recusados, sem ônus para o Município e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10.4.4. O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o contrato, no prazo aqui estabelecido, facultará ao Município de José Gonçalves de Minas/MG convocar, sucessivamente, as demais licitantes, segundo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, sujeitando a faltante às penalidades legais previstas na Lei 8.666/93.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



11.1. Os recursos administrativos referentes a esta licitação, reger-se-ão pelas disposições do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

12. DO CONTRATO

12.1. O contrato obedecerá ao modelo, já mencionado no ANEXO VI, constante deste Edital.

12.2. Farão parte integrante do contrato, independentemente de transcrição:

- a) O Edital de Licitação;
- b) A proposta vencedora desta licitação;
- c) A Planilha Orçamentária de Custos da Adjudicatária;
- d) Cronograma Físico-financeiro elaborado pela vencedora contratada e devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG;

12.3. O Município de José Gonçalves de Minas - MG poderá proceder alterações contratuais nas condições previstas nos artigos 58 e 65 da Lei Federal nº 8.666/93, com redação dada pelo art. 1º da Lei Federal nº 9.648/98;

12.4. Verificando-se caso de força maior ou caso fortuito, nos exatos termos do Código Civil Brasileiro, a contratada se obriga a comunicar, por escrito, ao Município de José Gonçalves de Minas - MG a ocorrência do evento, suspendendo-se suas obrigações, enquanto perdurar tal situação, devendo estar devidamente formalizada no livro de obras.

12.4.1. Findos os motivos que determinaram a força maior ou caso fortuito, o contrato estender-se-á por período de tempo necessário à total execução dos trabalhos, porém não superior ao número de dias que foram paralisados, observado o disposto no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.4.2. Os prazos contratuais poderão ser prorrogados ainda em ocorrendo qualquer das hipóteses de que trata o art. 57 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

12.5. Todas as despesas inerentes ao contrato correrão por conta da contratada;

12.6. Todas as ordens de serviço, notificações e entendimentos entre o Município de José Gonçalves de Minas - MG e contratada serão feitos por escrito e/ou registrados no Diário de Obra, nas ocasiões devidas, não sendo aceitas quaisquer considerações verbais;

12.7. O regime de execução da obra será o de **Empreitada por Preço Global**.

13. DA RESCISÃO DO CONTRATO

13.1. Poderá ocorrer a rescisão do contrato, a ser celebrado em face do resultado da presente licitação, nos termos dos artigos. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



13.2. Configurada a rescisão do contrato, que vigorará a partir da data de sua comunicação à contratada, esta se obriga a entregar os serviços inteiramente desembaraçados, não criando obstáculos de qualquer natureza.

13.3. Havendo rescisão do contrato, o Município de José Gonçalves de Minas - MG pagará à contratada, os trabalhos efetivamente executados e aceitos pela fiscalização, deduzindo do seu valor os débitos apurados a favor do Município de José Gonçalves de Minas - MG.

13.4. Após a rescisão do contrato o Município poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços nos termos do inciso XI do art. 24 da lei 8.666/93 e do ato convocatório, ou revogar a licitação.

14. DOS RISCOS DA CONTRATADA

14.1. Todos os riscos de perdas e danos relativos à propriedade física e de acidentes pessoais e/ou morte que ocorram durante a execução do contrato e em consequência de tal execução, excetuando-se os riscos constantes da legislação brasileira, são de responsabilidade da contratada.

15. DOS RISCOS DO CONTRATANTE

15.1. A contratante é responsável pelos riscos que:

- a) Na medida em que afetarem direta ou indiretamente a execução das obras forem riscos atribuíveis a casos fortuitos ou força maior previstos na legislação brasileira;
- b) Se constituam em causa atribuível exclusivamente ao projeto da obra elaborado pelo município.

16. NORMAS AMBIENTAIS

16.1. A contratada deverá cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, nos termos da legislação pertinente, independentemente do detalhamento e/ou da especificação dos projetos.

16.2. A contratada responderá pelos crimes ambientais que praticar nos termos da legislação vigente;

16.3. A contratada deverá observar, sempre que houver os procedimentos estabelecidos nos estudos apresentados para o licenciamento, bem como as condicionantes estabelecidas pelo COPAM;

16.4. Os prejuízos causados por embargos pelo órgão de controle ambiental, devido a danos decorrentes da execução dos serviços, serão de responsabilidade da contratada, bem como os autos de infração lavrados que gerarem pagamentos de multas;

16.5. As licenças ambientais existentes para a obra, não dispensam nem substituem a obtenção pela contratada, de certidões, ou outras licenças, de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal no decorrer do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Providenciar para que a obra tenha instalações necessárias, tais como: barracões para depósito de materiais; sanitários e tapumes; ferramentas e equipamentos necessários e suficientes a uma boa execução da obra;

17.2. Executar, dentro da melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente as regras deste Edital, as normas da ABNT, especificações do memorial descritivo, projetos e instruções da fiscalização do MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG;

17.3. Assegurar até o recebimento definitivo da obra pelo MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS/MG, a proteção e conservação de tudo que já tiver sido executado.

17.4. Executar, imediatamente, os reparos que se fizerem necessários nos serviços sob sua responsabilidade, apontados ou não pela fiscalização do MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG;

17.5. Permitir e facilitar à fiscalização do MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG, a inspeção das obras ou serviços no horário normal de trabalho, prestando todas as informações solicitadas pela mesma;

17.6. Providenciar a confecção e a colocação de placas nas obras, conforme modelos fornecidos pelo MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG, em locais indicados pela fiscalização do MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG;

17.7. Informar à fiscalização do MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão da obra, dentro do prazo previsto no cronograma, sugerindo as medidas para corrigir a situação;

17.8. Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela qualidade, resistência e estabilidade dos serviços que executar, respondendo, inclusive, pela exatidão dos estudos, cálculos e projetos que a informam, sejam eles elaborados ou não pelo MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG;

17.9. Ser responsável civil pela obra e ter, como responsável técnico, o responsável descrito no documento, "Documento H-5"

17.9.1. Só Será aceita a substituição do responsável técnico, por outro responsável técnico, que preencha todos os requisitos exigidos no "Documento H-5".

17.10. Estabelecer normas de segurança e tomar as providências que visem à total segurança dos operários e de terceiros no perímetro da obra;

17.11. Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos fiscais, tributários, previdenciários e trabalhistas, resultantes da contratação da obra, bem como pelo registro do contrato da obra junto ao CREA/MG/CAU;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



17.12. Preencher, diariamente, onde lhe for reservado, o Diário de Obra que o MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG manterá permanentemente disponível no local da obra, de acordo com as instruções ali contidas;

17.13. Apresentar ao MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG, quando houver necessidade de extensão das redes públicas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias após o início da obra, o comprovante do pedido feito à concessionária do serviço.

17.13.1. Concluídos os serviços de extensão de redes públicas, antes do recebimento definitivo da obra, a contratada deverá promover as respectivas ligações e testes de funcionamento.

17.14. Ser responsável pelo acompanhamento e controle tecnológico dos serviços, conforme previsto nas especificações técnicas particulares das obras, normas do MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG e normas técnicas brasileiras.

17.14.1. O responsável técnico da contratada deverá, quando solicitado pelo MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG, emitir mensalmente documento de qualidade dos serviços executados, respondendo pela contratante, durante o período estipulado pela legislação vigente;

17.14.2. O MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG poderá aferir os testes e ensaios de controle tecnológico, utilizando-se das instalações e instrumentos da contratada e ou de terceiros.

17.15. Providenciar, junto aos órgãos competentes, por sua conta exclusiva, o pagamento de taxas e emolumentos, incumbindo-se de aprovação das licenças necessárias a sua execução;

17.16. Responsabilizar-se por todo o transporte dos materiais e entulhos, quer para o local da obra, quer para outro local;

17.17. Encaminhar, ao MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG, até 5 (cinco) dias após o recebimento da Ordem de Início dos Serviços, uma cópia da ART - Anotação da Responsabilidade Técnica da obra no CREA/CAU;

17.18. Programar, quando solicitado, visitas ao local das obras em conjunto com a fiscalização do MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG;

17.19. Manter a frente dos trabalhos, durante toda a execução das obras, um responsável técnico com total poder para representá-la junto à fiscalização do MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG;

17.20. Retirar ou substituir, qualquer funcionário que não estejam atendendo a contento a fiscalização do MUNICIPIO JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG, que lançará a devida justificativa no diário de obra;

17.21. Responsabilizar-se pelo atendimento integral dos serviços descritos na planilha, memorial descritivo e projetos, anexos deste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



17.22. Acatar toda orientação advinda do MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG com relação às obras.

17.23. Utilizar produtos e subprodutos de madeira de origem nativa ou plantada que tenha procedência legal.

17.24. A contratada deverá providenciar o Alvará de construção.

17.25. Providenciar toda a documentação necessária junto ao INSS, Delegacia Regional do Trabalho, concessionária de serviços públicos e demais órgãos pertinentes.

17.26. A garantia dos serviços será de 05 (cinco) anos consoante dispõe o artigo 618 do Código Civil Brasileiro, quando a vícios ocultos ou defeitos da coisa, ficando a licitante vencedora responsável pela solidez e segurança das obras durante este prazo, a contar da conclusão do serviço.

17.27 - Providenciar o cadastro/matricula da obra (Cadastro Especifico do INSS – CEI), junto à Receita Federal do Brasil – RFB.

18. DA EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E RESPECTIVA GARANTIA

18.1. Os serviços/obras objeto da presente licitação deverão ser prestados dentro das especificações e localidades descritas no projeto, memorial descritivo, planilha e cronograma.

18.2. COMO GARANTIA DE EXECUÇÃO DA OBRA, A ADJUDICATÁRIA DEVERÁ DEPOSITAR NA TESOUREARIA DO MUNICÍPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS/MG, ATÉ 10 DIAS APOS A ASSINATURA DO CONTRATO, A QUANTIA EQUIVALENTE A 5% (CINCO POR CENTO) DO VALOR CONTRATUAL, EM UMA DAS MODALIDADES PREVISTAS NO §1º DO ART. 56 DA LEI 8.666/93;

18.3. A Garantia de Execução responderá pelo inadimplemento das obrigações assumidas, sem prejuízo das multas legais aplicadas à contratada em razão da execução do contrato;

18.4. A Garantia de Execução deverá ser atualizada quando das alterações no contrato;

18.5. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

18.6. Quando se fizer necessária mão-de-obra especializada na execução dos trabalhos contratados, exigir-se-á que esta seja previamente aprovada pelo MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG;

18.7. As partes se submeterão, ainda, às disposições contidas nos artigos 66 a 72, 75 e 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

19. DOS PRAZOS DE INÍCIO, VIGENCIA E TÉRMINO DOS TRABALHOS

19.1. Os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a emissão da ordem de serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



19.1.1. A ordem de início somente será emitida após a aprovação do cronograma físico-financeiro pelo MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG

19.1.1.1. A cada medição o cronograma físico-financeiro deverá ser revisto e apresentado à fiscalização do MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG para aprovação, sem prejuízo às sanções previstas no item 21 deste Edital.

19.2. O prazo de execução da obra será de 05 (cinco) meses a contar do recebimento da Ordem de Início dos Serviços.

19.3. O prazo do contrato decorrente da licitação será de 120 (cento e vinte) dias corridos, a partir da data da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por meio de Termo aditivo nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, desde que haja interesse do MUNICÍPIO.

20. DO RECEBIMENTO DOS TRABALHOS

20.1. O objeto do contrato será recebido pelo MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG, nos termos do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93, a saber:

- a) Provisoriamente, através de Termo de Recebimento Provisório - TRP;
- b) Definitivamente, através de Termo de Recebimento Definitivo/conclusão - TRD.

20.1.1. O recebimento definitivo dar-se-á após o decurso de prazo necessário à observação ou vistoria que comprove adequação do objeto aos termos contratuais.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Em caso de descumprimento das obrigações contraídas neste Instrumento, a adjudicatária/contratada ficará sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93, artigos 81 e 86 a 88.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato celebrado com o MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG, serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, obedecidos os seguintes critérios:

21.2.1. Advertência escrita – comunicação formal de desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção.

21.2.2. Multa, nas seguintes condições:

- a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico da obra não cumprida;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, serviço ou obra não realizada no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

21.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

21.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública Municipal pelos prejuízos resultantes de ação ou omissão do mesmo e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

21.3. O valor da multa aplicada, nos termos do item 21.2.2, alíneas “a”, “b” e “c”, será descontado dos pagamentos devidos pela Administração Pública Municipal ou cobrado judicialmente.

21.4. Constatada a ocorrência do descumprimento total ou parcial do contrato, que aponte a possibilidade de aplicação das sanções descritas nos itens 21.2.1 a 21.2.4, o servidor público responsável pelo atestado de prestação de serviços de recebimento parcial ou total da obra emitirá parecer técnico fundamentado e o encaminhará ao Chefe do Executivo do Município de José Gonçalves de Minas-MG.

21.5. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas após regular procedimento administrativo, de ofício ou por provocação do setor de fiscalização de obras do MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG, pelo Prefeito Municipal.

21.6. As sanções previstas nos itens 21.2.1, 21.2.3 e 21.2.4, poderão ser aplicadas cumulativamente à prevista no 23.2.2, assegurado o direito de defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

21.7. A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade é, nos termos da Lei, de competência exclusiva do Prefeito Municipal, da qual cabe pedido de reconsideração, nos termos do inciso III do art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93.

21.8. Em qualquer caso, será assegurada à adjudicatária / contratada a ampla defesa.

22. DAS MEDICÕES E DO PAGAMENTO

22.1. Mensalmente, até o último dia do mês, a fiscalização do MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG, efetuará a medição dos serviços realizados naquele período, cujas assinaturas não poderão ser feitas digitalmente;

22.2. A apuração do serviço executado, deverá corresponder ao período do primeiro ao último dia de cada mês, sendo possível, excepcionalmente, apurar-se período inferior a 30 (trinta) dias, desde que no primeiro ou no último mês de vigência do contrato, e, ainda em casos de suspensão temporária dos serviços;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



22.3. O pagamento somente será feito após ter sido feita as medições na forma dos itens anteriores, e o prazo previsto para o seu pagamento é até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente ao da medição, não sendo admitidos adiantamentos;

22.4. O pagamento somente será liberado mediante a apresentação pela contratada dos documentos legal e contratualmente exigíveis.

22.4.1. A Contratada deverá discriminar na Nota Fiscal ou Fatura, os valores correspondentes ao fornecimento de material ou de equipamento na execução dos serviços, cujo total, será deduzido do valor bruto da Nota Fiscal ou Fatura, para base de cálculo da contribuição complementar a ser retida para o INSS, caso não configure na GPS apresentada, a comprovação dos requisitos mínimos previstos no RPS.

22.4.2. A Contratada deverá comprovar o recolhimento do ISSQN de cada Nota Fiscal emitida, relativa à execução desta licitação referente ao mês imediatamente anterior ao da emissão da Nota Fiscal, sendo que no primeiro e último pagamentos este recolhimento deverá ser feito previamente.

23. DO REAJUSTE DE PREÇOS

23.1. Na hipótese de o prazo de execução da obra exceder a 10 (dez) meses, contado da data da apresentação da proposta, por motivos alheios à vontade da CONTRATADA, tais como, alteração do cronograma físico-financeiro, por interesse do CONTRATANTE ou por fato superveniente resultante de caso fortuito ou força maior, o valor remanescente, ainda não pago, poderá ser reajustado de acordo com a variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC, Coluna 35, ocorrida no período respectivo, mediante solicitação expressa ao CONTRATANTE que se reserva o direito de analisar e conceder o acréscimo pretendido, utilizando-se da seguinte fórmula:

$R = V \frac{(I - I_0)}{I_0}$, onde: I_0

R = Valor do reajuste procurado; V = Valor constante da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento; I_0 = Índice relativo ao mês da proposta

23.2. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

23.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

23.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

23.5. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

24. DA CESSÃO DO CONTRATO



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



24.1. Havendo incontestável e justificado interesse público e autorização prévia e expressa do MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG -MG, o Contrato poderá ser cedido ou transferido no todo ou parcialmente.

24.1.1. A cessão do contrato poderá ocorrer independentemente da fase em que se encontrar a execução do objeto contratado, desde que o pretendo cessionário tenha participado e tenha sido habilitado na presente licitação. Serão convocadas as empresas por ordem de classificação obtida na licitação.

24.1.2. A subcontratação poderá ocorrer da mesma forma, em parte do contrato, assumindo a contratada, completa responsabilidade pela atuação dos subcontratados, que não terão qualquer vínculo com o MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG -MG.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. A Comissão Permanente de Licitação - CPL, com base no § 3º do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93, poderá determinar diligência sempre que necessária;

25.2. Poderá o MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG-MG exigir, a qualquer época, a apresentação de documentos e informações complementares, atinentes a esta licitação.

25.3. Não caberá a qualquer licitante indenização de espécie alguma, pelo seu insucesso na licitação.

25.4. A licitante vencedora deverá antes da assinatura do contrato demonstrar que está com toda documentação de regularidade fiscal com validade plena, caso alguma certidão esteja vencida o mesmo ficará impedido de assinar o contrato, devendo regularizar sua situação dentro de prazo estabelecido pela Contratante.

25.5. As licitantes interessadas ou qualquer cidadão que não concordar com os termos do presente EDITAL, poderá impugná-lo na forma do art. 41, da Lei nº 8.666/93.

25.5.1. A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo legal.

25.5.2. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

25.5.3. Não será admitida a impugnação do presente edital via email ou fax. Será admitido o envio de Impugnação via postal, desde que o seu recebimento ocorra antes dos prazos estabelecidos no art. 41, da Lei nº 8.666/93.

25.6. Os casos omissos e não previstos neste Edital, serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação – CPL com fundamento na Lei 8.666/93 e posteriores alterações e LC 123/2006.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



25.7. O resultado do julgamento da habilitação e propostas, se a comissão julgar necessário, poderá ser dado em datas posteriores aquelas previstas para tal.

25.8. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Turmalina/MG.

26. DOS ANEXOS

ANEXO I. CARTA DE CREDENCIAMENTO;

ANEXO II. DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATOS IMPEDITIVOS;

ANEXO III. DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA (FACULTATIVA)

ANEXO IV. DECLARAÇÃO FACE AO INCISO XXXIII, DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988;

ANEXO V. PROPOSTA COMERCIAL;

ANEXO VI. MINUTA DO CONTRATO;

ANEXO VII. MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE LICITAÇÃO E SUBMISSÃO ÀS DISPOSIÇÕES LEGAIS;

ANEXO VIII. TERMO DESISTENCIA/RENUNCIA INTERPOSIÇÃO RECURS FASE HABILITAÇÃO.

ANEXO IX. TERMO DESISTENCIA/RENUNCIA INTERPOSIÇÃO RECURSO FASE PROPOSTA

ANEXO X. MEMORIAL DESCRITIVO

ANEXO XI. PLANILHA ORÇAMENTARIA E CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO

ANEXO XII. PROJETOS

ANEXO XIII. PROJETO BÁSICO – TERMO DE REFERENCIA

José Gonçalves de Minas, 07 de junho de 2023.

Valdício da Veiga Leite
Presidente da Comissão de Licitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



CARTA DE CREDENCIAMENTO

À

Comissão Permanente de Licitação Município de José Gonçalves de Minas -MG

Processo Licitatório nº 0063/2023

Tomada de Preço nº 0003/2023

REF: APRESENTA REPRESENTANTE DA EMPRESA

Prezados Senhores

Apresentamos o Senhor (Qualificação: nome, nacionalidade, profissão), portador(a) da Cédula de Identidade nº, para representar esta Empresa na sessão de abertura dos envelopes de nº 1 (um) e 2 (dois), correspondentes, respectivamente, à 1ª FASE / HABILITAÇÃO e a 2ª FASE/PROPOSTA, da licitação nº 0063/2023 – Tomada de Preço 0003/2023, destinada a, **Contratação de empresa especializada para REFORMA NA QUADRA POLIESPORTIVA de Ijicatu no Município de José Gonçalves de Minas/MG..**, que está autorizado(a) e apto(a) para decidir sobre quaisquer eventualidades que possam surgir no certame.

Atenciosamente

(LOCAL E DATA)

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)
(RECONHECER FIRMA)



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Processo Licitatório nº 0063/2023 Tomada de Preço nº 0003/2023

DECLARAÇÃO

..... (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o n.º.....
....., sediada (endereço completo), por intermédio de seu
representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade
n.º e do CPF n.º DECLARA, sob as penas da lei,
que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo
licitatório de nº 0063/2023. Tomada de Preço 0003/2023, destinado à **Contratação de empresa
especializada para REFORMA NA QUADRA POLIESPORTIVA de Ijicatu no
Município de José Gonçalves de Minas/MG.** assim como que está ciente da obrigatoriedade
de declarar ocorrências posteriores.

(LOCAL E DATA)

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA) (ENDEREÇO,
SE INEXISTENTE NO PAPEL IMPRESSO)



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

Processo Licitatório nº 00063/2023 Tomada de Preço nº 0003/2023

DECLARO, para atender às exigências do Edital de Licitação de nº. 0063/2023, Tomada de Preço 0003/2023, destinado à **Contratação de empresa especializada para REFORMA NA QUADRA POLIESPORTIVA de Ijicatu no Município de José Gonçalves de Minas/MG**, que o Sr CPF nº Representante Legal/Responsável Técnico da Empresa, compareceu ao local da obra em/ /2023, onde tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto da mencionada licitação, de acordo com o inciso III, do art. 30, da Lei Federal nº 8.666/93.

(LOCAL E DATA)

(RESPONSÁVEL SETOR DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG)

DECLARO, que em visita realizada ao local da obra supracitada tomei conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto da mencionada licitação, de acordo com o inciso III, do art. 30, da Lei Federal nº 8.666/93.

(LOCAL E DATA) (RESPONSÁVEL PELA VISITA TÉCNICA)



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



DECLARAÇÃO FACE AO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO
FEDERAL DE 1988

DECLARAÇÃO

Processo Licitatório nº 0063/2023 Tomada de Preço nº 0003/2023

....., inscrita no CNPJ n.º....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º.....DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(LOCAL E DATA)

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA) (ENDEREÇO, SE INEXISTENTE NO PAPEL IMPRESSO)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



PROPOSTA COMERCIAL

À

Comissão Permanente de Licitação Município de José Gonçalves de Minas- MG José Gonçalves de Minas-MG

Processo Licitatório nº 0063/2023 Tomada de Preço nº 0003/2023

Prezados Senhores

Encaminhamos a Vossa Senhoria nossa Proposta, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro para **Contratação de empresa especializada para REFORMA NA QUADRA POLIESPORTIVA de Ijicatu no Município de José Gonçalves de Minas/MG**, a saber:

- Valor global: R\$ (.....);
- Prazo de validade: (.....) dias, contados a partir da data desta licitação;
- Prazo de execução: 10 (dez) meses,
- Responsável Técnico..... ;
- Responsável-Legal:

Declaro que nos preços propostos estão inclusos todos os custos diretos e indiretos na execução da obra, tais como mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, alimentação, hospedagem, transporte, seguros, equipamentos de proteção individual, bem como custo com o fornecimento de materiais, veículos e equipamentos que se fizerem necessários na execução da obra objeto da presente licitação.

Atenciosamente

.....

(Local e data)

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA) (ENDEREÇO E CNPJ, SE INEXISTENTES NO PAPEL IMPRESSO)



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO VI

“MINUTA” CONTRATO Nº /2023

Contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS – MG, e a empresa.....**para** Contratação de empresa especializada para REFORMA NA QUADRA POLIESPORTIVA de Ijicatu no Município de José Gonçalves de Minas/MG.

Município de José Gonçalves de Minas, Estado de Minas Gerais, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa, à Rua Natalino Lago da Veiga, 275 Bairro Centro, José Gonçalves de Minas-MG – CEP 39.642- 000, inscrito no CNPJ sob o no 01.613.372/0001-56, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pela Sra., MARIA GOMES MOTOSO ROCHA, portador da Cédula de Identidade nº. M.4144692 e CPF/MF nº. 757110016-04, e a empresa, estabelecida à, inscrita no CNPJ sob o nº, doravante denominada Contratada, neste ato representada pelo(a) Senhor(a), inscrito(a) no CPF sob o nº, portador(a) da Carteira de Identidade de nº, residente e domiciliado

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 - É objeto do presente Contrato a **Contratação de empresa especializada para REFORMA NA QUADRA POLIESPORTIVA de Ijicatu no Município de José Gonçalves de Minas/MG** conforme as especificações técnicas e documentos que instruem este procedimento.

1.2 - Os trabalhos, objeto deste Contrato, serão desenvolvidos de acordo com o Edital de Licitação e Proposta da Contratada que da mesma forma integram este Instrumento.

1.3 – Os itens que compõem a planilha são os descritos

DESCRIÇÃO UND. QTD. VAL. UNIT. VAL. TOTAL

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME, NORMAS DE EXECUÇÃO E LEGISLAÇÃO

2.1. O regime de execução será o de Empreitada por Preço global, conforme projetos, planilha, cronograma e Memorial Descritivo constante da Tomada de Preço de nº 0003/2023, que passam a fazer parte integrante deste Instrumento.

2.2. As partes se sujeitarão à legislação pertinente, em especial à Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, incluindo a Lei Complementar nº 123/2006, demais normas legais e regulamentos pertinentes e as cláusulas do presente Contrato.

2.3. O presente Contrato tem por fundamento a licitação, Edital Tomada de Preço de nº 0003/2023.



CLÁUSULA TERCEIRA - MEDIÇÃO E PAGAMENTO

3.1. A Contratante pagará à Contratada, pelos trabalhos executados, os valores da planilha de preço integrante da proposta da adjudicatária.

3.1.1. Os preços unitários da planilha são inalteráveis e incluem todos os custos, diretos e indiretos, mobilização e desmobilização, viagens e diárias, remuneração, tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como outras incidências existentes, de qualquer espécie ou natureza.

3.1.2. Quando na execução do Contrato ocorrerem acréscimos de quantitativos de serviços previstos na planilha de preço original, estes serão considerados a preços constantes da proposta e incorporados ao Contrato mediante Termo de Aditamento.

3.1.3. Quando se tratar de serviços extras não previstos nas planilhas de preços originais, estes serão pagos a preços acordados entre as partes, a nível do mês do acordo e incorporados ao Contrato mediante Termo de Aditamento.

3.1.3.1. O valor inicial do Contrato deverá ser atualizado para efeito de cálculo do percentual a ser aditado, observado o disposto no §1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

3.1.3.2. A data do Termo Aditivo marcará o início da anualidade do mesmo para fins de reajustamento de preços, na forma da lei.

3.1.4. A execução de serviços extras somente será efetivada com prévia e expressa autorização do Prefeito Municipal, condicionada à necessária cobertura orçamentária e financeira.

3.2. As medições serão mensais e deverão corresponder a períodos, do primeiro ao último dia de cada mês, podendo excepcionalmente, corresponder a período inferior, nos casos em que os serviços se refiram ao primeiro ou ao último mês de vigência do Contrato, ou ainda, em casos de suspensão temporária do serviço, por ordem do Contratante.

3.3. O pagamento dos serviços executados será efetuado até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente ao da elaboração da medição mensal, sendo liberado mediante a apresentação, pela Contratada, da nota fiscal respectiva, dos documentos de comprovação de regularidade com a previdência social e com o fundo de garantia e de outros documentos que sejam exigíveis pela legislação pátria, e se efetivará através da emissão de cheque nominal em favor da contratada e ou transferência bancária.

3.3.1 A Contratada deverá discriminar na Nota Fiscal ou Fatura, os valores correspondentes ao fornecimento de material ou de equipamento na execução do serviço, cujo total, será deduzido do valor bruto da Nota Fiscal ou Fatura, para base de cálculo da contribuição complementar a ser retida para o INSS, caso não configure na GPS apresentada, a comprovação dos requisitos mínimos previstos no RPS.

3.3.2. A Contratada deverá comprovar o recolhimento do ISSQN de cada Nota Fiscal emitida, relativa à execução desta licitação referente ao mês imediatamente anterior ao da emissão da Nota Fiscal, sendo que no primeiro e último pagamentos este recolhimento deverá ser feito previamente



3.3.3 Em nenhuma hipótese, a Contratada terá direito ao pagamento de serviços que executar em virtude de ordens verbais.

CLÁUSULA QUARTA – REAJUSTAMENTO

4.1. Na hipótese de o prazo de execução da obra exceder a 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta, por motivos alheios à vontade da CONTRATADA, tais como, alteração do cronograma físico-financeiro, por interesse do CONTRATANTE ou por fato superveniente resultante de caso fortuito ou força maior, o valor remanescente, ainda não pago, poderá ser reajustado de acordo com a variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC, Coluna 35, ocorrida no período respectivo, mediante solicitação expressa ao CONTRATANTE que se reserva o direito de analisar e conceder o acréscimo pretendido, utilizando-se da seguinte fórmula:

$R = V \frac{(I - I_0)}{I_0}$, onde: I_0

R= Valor do reajuste procurado; V= Valor constante da proposta;

I= Índice relativo ao mês do reajustamento; I_0 = Índice relativo ao mês da proposta

4.2. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

4.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

4.5. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

CLÁUSULA QUINTA – VALOR E DOTAÇÃO

5.1. Para fins legais e contratuais, inclusive a aplicação das penalidades, o presente contrato tem seu valor global fixado em R\$ _____ (_____).

5.2. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta das dotações orçamentárias seguinte:

XXXXXXXXXX

CLÁUSULA SEXTA – PRAZOS

6.1. A Contratada executará a obra observando rigorosamente o cronograma físico-financeiro aprovado pela Contratante, em obediência às suas normas técnicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



6.1.1. A Contratante poderá determinar ou admitir alteração do cronograma atendidas, sempre, as conveniências administrativas.

6.1.2. As obras serão iniciadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de recebimento, pela Contratada, da respectiva Ordem de Início dos Serviços.

6.1.3. As obras deverão ser concluídas/executadas em 10 (dez) meses a contar do recebimento da Ordem de Início dos Serviços, podendo ser prorrogado ou suspenso por motivo de força maior ou caso fortuito, nos termos da lei, por decisão prévia e expressa da Contratante.

6.1.4. A prorrogação do prazo da execução da obra poderá ocorrer, a critério da Contratante, nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SETIMA – DAS OBRIGAÇÕES

7.1 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) - Orientar a CONTRATADA acerca da correta execução dos serviços contratados e autorizar o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho;
- b) - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio todas as falhas detectadas e comunicar à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
- c) - Manifestar-se sobre cada uma das medições dos serviços executados pela CONTRATADA;
- d) - Rejeitar, caso estejam inadequados ou irregulares, após cada medição, os serviços prestados pela CONTRATADA;
- e) - Notificar a CONTRATADA, na ocorrência da situação prevista no item anterior, para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as regras deste certame;
- f) - Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas no contrato ou instrumento equivalente, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;
- g) - Notificar a CONTRATADA acerca de eventual conduta inconveniente de seus empregados quando da execução dos serviços ou na ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
- h) - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
- i) - Analisar e decidir, após comunicação formal da contratada, eventuais inconsistências dos projetos em relação às normas técnicas e legislação vigente;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



j) - Efetuar o pagamento à Contratada, depois de verificada a regularidade da nota fiscal/fatura de acordo com as condições, preços, prazos estabelecidos no contrato ou outro instrumento e nas demais regras a ele aplicadas;

l) - Receber definitivamente os serviços;

m) - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

n) - Solicitar a contratada que retire a assine o contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data da convocação;

o) - O Contrato poderá ser assinado digitalmente seguindo o prazo estabelecido na letra “n”. Caso seja utilizado a assinatura digital a mesma deverá ser feita por meio de certificação digital em todas as páginas do arquivo.

7.2 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Providenciar para que a obra tenha instalações necessárias, tais como: barracões para depósito de materiais; sanitários e tapumes; ferramentas e equipamentos necessários e suficientes a uma boa execução da obra;

b) Executar, dentro da melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente as regras deste Edital, as normas da ABNT, especificações, projetos e instruções da fiscalização do MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG;

c) Assegurar até o recebimento definitivo da obra pelo MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG, a proteção e conservação de tudo que já tiver sido executado.

d). Executar, imediatamente, os reparos que se fizerem necessários nos serviços sob sua responsabilidade, apontados ou não pela fiscalização do MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG;

e) Permitir e facilitar à fiscalização do MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG, a inspeção das obras ou serviços no horário normal de trabalho, prestando todas as informações solicitadas pela mesma;

f) Providenciar a confecção e a colocação de placas nas obras, conforme modelos fornecidos pelo MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS -MG, em locais indicados pela fiscalização do MUNICIPIO;

g) Informar à fiscalização do MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS -MG a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão da obra, dentro do prazo previsto no cronograma, sugerindo as medidas para corrigir a situação;

h) Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela qualidade, resistência e estabilidade dos serviços que executar, respondendo, inclusive, pela exatidão dos estudos, cálculos e projetos que a informam, sejam eles elaborados ou não pelo MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS-MG;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



- I) Ser responsável civil pela obra e ter um responsável técnico devidamente credenciado;
- j) Estabelecer normas de segurança e tomar as providências que visem à total segurança dos operários e de terceiros no perímetro da obra;
- l) Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos fiscais, tributários, previdenciários e trabalhistas, resultantes da contratação da obra, bem como pelo registro do contrato da obra junto ao CREA/CAU;
- m) Preencher, diariamente, onde lhe for reservado, o Diário de Obra que o MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS -MG manterá permanentemente disponível no local da obra, de acordo com as instruções ali contidas;
- n) Ser responsável pelo acompanhamento e controle tecnológico dos serviços, conforme previsto nas especificações técnicas particulares das obras, normas do MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS -MG e normas técnicas brasileiras.
- o) O responsável técnico da contratada deverá, quando solicitado pelo MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS -MG, emitir mensalmente documento de qualidade dos serviços executados, respondendo pela contratante, durante o período estipulado pela legislação vigente;
- p) Providenciar, junto aos órgãos competentes, por sua conta exclusiva, o pagamento de taxas e emolumentos, incumbindo-se de aprovação das licenças necessárias a sua execução;
- q) Responsabilizar-se por todo o transporte dos materiais e entulhos, quer para o local da obra, quer para outro local;
- r) Encaminhar, ao MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS -MG, até 05 (cinco) dias após o recebimento da Ordem de Início dos Serviços, uma cópia da ART - Anotação da Responsabilidade Técnica das obras no CREA/CAU;
- s) Manter a frente dos trabalhos, durante toda a execução das obras, um responsável técnico com total poder para representá-la junto à fiscalização do MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS -MG;
- t) Retirar ou substituir, qualquer funcionário que não estejam atendendo a contento a fiscalização do MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS -MG, que lançará a devida justificativa no diário de obra;
- u) Responsabilizar-se pelo atendimento integral dos serviços descritos no memorial descritivo, planilhas e projetos, anexos deste Edital.
- v) Acatar toda orientação advinda do MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS -MG com relação às obras.
- k) Providenciar o cadastro/matricula da obra (Cadastro Nacional de Obra - CNO), junto à Receita Federal do Brasil – RFB.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



- l) A contratada deverá providenciar o Alvará de construção.
- m) Providenciar toda a documentação necessária junto ao INSS, Delegacia Regional do Trabalho, concessionária de serviços públicos e demais órgãos pertinentes.
- n) **A garantia dos serviços será de 05 (cinco) anos consoante dispõe o artigo 618 do Código Civil Brasileiro, quando a vícios ocultos ou defeitos da coisa, ficando a licitante vencedora responsável pela solidez e segurança das obras durante este prazo, a contar da conclusão do serviço.**

CLÁUSULA OITAVA– FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E GARANTIA

8.1. A fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto deste Contrato serão feitos pela Contratante, através do seu representante, segundo o disposto nos artigos 66 e 67, da Lei 8.666/93.

8.1.1. A fiscalização e acompanhamento da execução do objeto deste Contrato, poderão ser complementados com os serviços de apoio de firma de consultoria devidamente credenciada pela Contratante, obedecidos os pressupostos da Lei nº 8.666/93.

8.2 COMO GARANTIA DE EXECUÇÃO DA OBRA, A CONTRATADA DEVERÁ DEPOSITAR NA TESOUREARIA DO MUNICÍPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS/MG, ATÉ 10 DIAS APOS A ASSINATURA DO CONTRATO, A QUANTIA EQUIVALENTE A 5% (CINCO POR CENTO) DO VALOR CONTRATUAL, EM UMA DAS MODALIDADES PREVISTAS NO §1º DO ART. 56 DA LEI 8.666/93;

CLÁUSULA NONA – NOVAÇÃO

9.1. Qualquer tolerância por parte do Contratante na exigência do cumprimento do presente Contrato, não constituirá novação ou extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA– RECEBIMENTO E MANUTENÇÃO

10.1. Executado o Contrato, o seu objeto será recebido nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93 a saber:

- a) Provisoriamente, através de Termo de Recebimento Provisório - TRP;
- b) Definitivamente, através de Termo de Recebimento Definitivo/conclusão - TRD.
- 10.2. O recebimento definitivo dar-se-á após o decurso de prazo necessário à observação ou vistoria que comprove adequação do objeto aos termos contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

11.1. A Contratada, além das responsabilidades atinentes à fase de execução do objeto contratado, responderá pela qualidade, correção e segurança da obra nos termos da legislação pertinente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



11.2. A Contratada deverá manter durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Em caso de descumprimento das obrigações contraídas neste Instrumento, a Contratada ficará sujeita às penalidades previstas nos artigos 86 a 88, da Lei nº 8.666/93.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato celebrado com o MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS -MG, serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, obedecidos os seguintes critérios:

12.2.1. Advertência escrita – comunicação formal de desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção.

12.2.2. Multa, nas seguintes condições:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do **cronograma físico de obras não cumprida**;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, serviço ou obra não realizada no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

12.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública Municipal pelos prejuízos resultantes de ação ou omissão do mesmo e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

12.3. O valor da multa aplicada, nos termos do item 12.2.2, alíneas “a”, “b” e “c”, será descontado dos pagamentos devidos pela Administração Pública Municipal ou cobrado judicialmente.

12.4. Constatada a ocorrência do descumprimento total ou parcial do contrato, que aponte a possibilidade de aplicação das sanções descritas nos itens 12.2.1 a 12.2.4, o servidor público responsável pelo atestado de prestação de serviços de recebimento parcial ou total da obra emitirá parecer técnico fundamentado e o encaminhará ao Chefe do Executivo Municipal de José Gonçalves de Minas-MG.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



12.5. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas após regular procedimento administrativo, de ofício ou por provocação do setor de fiscalização de obras do MUNICÍPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS -MG, pela Prefeita Municipal.

12.6. As sanções previstas nos itens 12.2.1, 12.2.3 e 12.2.4, poderão ser aplicadas cumulativamente à prevista no

12.2.2, assegurado o direito de defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

12.7. A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade é, nos termos da Lei, de competência exclusiva do Prefeito Municipal, da qual cabe pedido de reconsideração, nos termos do inciso III do art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93.

12.8. Em qualquer caso, será assegurada à adjudicatária / contratada a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CESSÃO

13.1. Havendo incontestável e justificado interesse público e autorização prévia e expressa da Contratante, este Contrato poderá ser cedido ou transferido no todo ou parcialmente.

13.1.1. A cessão do contrato poderá ocorrer independentemente da fase em que se encontrar a execução do objeto contratado, desde que o pretenso cessionário tenha participado e tenha sido habilitado na presente licitação. Serão convocadas as empresas por ordem de classificação obtida na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO

14.1. Este Contrato poderá ser rescindido nos termos e nas condições previstas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

14.2. Configurada a rescisão do contrato, que vigorará a partir da data de sua comunicação à contratada, esta se obriga a entregar os serviços inteiramente desembaraçados, não criando obstáculos de qualquer natureza.

14.3. Havendo rescisão do contrato, o Município de José Gonçalves de Minas - MG pagará à contratada, os trabalhos efetivamente executados e aceitos pela fiscalização, deduzindo do seu valor os débitos apurados a favor do Município de José Gonçalves de Minas - MG.

14.4. Após a rescisão do contrato o Município poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços nos termos do inciso XI do art. 24 da lei 8.666/93 e do ato convocatório, ou revogar a licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VIGÊNCIA

15.1. O prazo do contrato decorrente da licitação será de 05 (cinco) meses, a partir da data da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por meio de Termo aditivo nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, desde que haja interesse do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ACRESCIMOS E SUPRESSÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



16.1 - A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que fizerem necessárias no objeto do presente contrato até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato atualizado, conforme art. 65 da lei 8666/93.

16.2 - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no item anterior, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1 - Os casos omissos serão solucionados com fundamento na Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, LC 123/2006 e suas posteriores alterações bem como legislações pertinentes a matéria.

17.2. Para solução das questões decorrentes deste Contrato elege-se o foro da Comarca de Turmalina/MG, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e pactuados, firmam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, que assim, para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

José Gonçalves de Minas,de de 2023

Maria Gomes Motoso Rocha
Prefeita Municipal
Contratante

Contratada

Testemunhas:

1 - _____ CPF: _____

2 - _____ CPF: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO VII

**DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE LICITAÇÃO E
SUBMISSÃO ÀS DISPOSIÇÕES LEGAIS**

Processo nº. 0063/2023

Tomada de Preços nº. 0003/2023

Empresa: _____

Endereço: _____

CNPJ: _____, Inscrição Estadual: _____

DECLARAMOS, que estamos cientes e aceitamos todas as condições do Processo Licitatório n.º 0063/2023 – Tomada de Preço n.º 0003/2023, destinada a Contratação de empresa especializada para REFORMA NA QUADRA POLIESPORTIVA de Ijicatu no Município de José Gonçalves de Minas/MG e que nos submeteremos às disposições regulamentares e legais sobre a licitação, especialmente a Lei Federal 8.666/93 e legislações aplicáveis.

Declaramos, ainda que nos responsabilizamos pela autenticidade e veracidade dos documentos e informações apresentados para a presente licitação.

Local e data

Assinatura do Representante Legal da Licitante

Nome: _____

Nº Cédula de Identidade: _____

Carimbo CNPJ da empresa

ANEXO VIII



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



AO
SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS/MG

REF.: TOMADA DE PREÇO Nº: 0003/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada para REFORMA NA QUADRA POLIESPORTIVA de Ijicatu no Município de José Gonçalves de Minas/MG.

O Representante da empresa _____, Sr _____, na condição de participante da Tomada de Preço 0003/2023, vem respeitosamente a Vossa Senhoria, renunciar expressamente ao seu direito de interpor recurso e a todos os meios cabíveis para reargumentação de qualquer razão, quanto à fase de abertura dos envelopes de **Habilitação** da presente licitação, por concordar com todos os procedimentos tomados pela CPL.

_____, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do representante legal ou licitante

ANEXO IX



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



Termo de Desistência/Renúncia de Interposição de Recurso

AO
SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS/MG

REF.: TOMADA DE PREÇO Nº. 0003/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada para REFORMA NA QUADRA POLIESPORTIVA de Ijicatu no Município de José Gonçalves de Minas/MG.

O Representante da empresa _____, Sr _____, na condição de participante da Tomada de Preço 0003/2023, vem respeitosamente a Vossa Senhoria, renunciar expressamente ao seu direito de interpor recurso e a todos os meios cabíveis para reargumentação de qualquer razão, quanto à fase de abertura dos envelopes **proposta** da presente licitação, por concordar com todos os procedimentos tomados pela CPL.

_____, _____ de _____ de 2023.

Nome e assinatura do representante legal ou licitante



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS**



ANEXO X

Memorial Descritivo

ANEXO XI

Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-financeiro

ANEXO XII

Projetos

ANEXOS ENCONTRAM-SE EM MIDIA DIGITAL



ANEXO XIII

TERMO DE REFERÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS.

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA
PARA REFORMA DA QUADRA POLIESPORTIVA DE IJICATU**

1. INFORMAÇÕES GERAIS DA OBRA

Objetivo: Reforma da Quadra Poliesportivo de Ijicatu.

2. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para Reforma da Quadra Poliesportiva de Ijicatu.

A contratação será feita por Tomada de preço, conforme Art. 23, inciso I alínea "b" Lei 8.666/1993.

3. JUSTIFICATIVA

A atividade física praticada pelos moradores é de muita importância para um desenvolvimento mais saudável, tanto físico como psíquico. A falta da prática de esportes, segundo os especialistas, aumenta o risco de doenças, provocada pelo sedentarismo.

A quadra poliesportiva de Ijicatu se tornou um local inadequado para atividades, pois com o passar dos anos e sem a manutenção adequada, acabou ocasionando alguns problemas em sua estrutura. Com a reforma, a população poderá retornar a utilizar o local para realizar atividades físicas e promover seus eventos comunitários no espaço.

Salientamos que a adoção do critério utilizado, qual seja, TOMADA DE PREÇO, justifica-se em virtude da viabilidade econômica, mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, do menor preço e da busca da qualidade.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação tem amparo legal disposto nas regras e princípios estabelecidos na Lei n. 8666/1993.

5. SERVIÇOS PRELIMINARES

A Contratada terá como responsabilidade atender às recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (Lei n.º 4.150 de 21.11.62) e outras normas aplicáveis, no que couber e, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança. A limpeza e preparo das áreas ficará a cargo da Empreiteira contratada, com emprego de todo maquinário necessário e suficiente ainda fazendo a remoção do entulho resultante desta limpeza. O início da obra só será permitido após a emissão da Ordem de Serviço emitida pela Secretaria Municipal de Obras e com a entrega da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução pertinente aos serviços contratados. Deverá constar na equipe técnica para execução dos serviços, um engenheiro civil ou profissional com atribuições compatíveis, na forma da legislação. Sendo este responsável pelo acompanhamento/supervisão da obra e pela emissão da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica). Os demais profissionais também devem ser habilitados para as respectivas funções.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



A contratada será responsável pelo fornecimento dos equipamentos de proteção individual e coletivo, além de fiscalizar o cumprimento das normas de segurança, higiene e medicina do trabalho. A contratada será responsável pela destinação correta dos resíduos gerados no decorrer da obra, além de atender a legislação ambiental vigente para o local. A contratada não poderá ceder ou subcontratar total ou parcialmente os serviços objeto deste Termo, sem prévia autorização, por escrito, da Secretaria de Obras. Caso concedida a solicitação, a subcontratada será obrigada a obedecer aos termos aqui explicitados, não terá o direito de reclamar indenização ou prejuízo de qualquer espécie, e, deverá apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e previdenciária. A contratada será responsável pelo cumprimento de todas as disposições e acordos coletivos relativos a legislação social e trabalhista em vigor. Os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta nos dias úteis pela contratada. Caso seja necessário a execução dos serviços no horário noturno ou em feriados e finais de semana, a contratada deve solicitar previamente autorização da Secretaria de Obras. As demais especificações para realização da obra encontra-se no memorial descrito da obra em anexo, assim como o memorial de cálculo.

6. GARANTIA DOS SERVIÇOS

Os serviços executados deverão ter garantia conforme previsto na legislação vigente e definido no Código Civil Brasileiro, contado a partir do recebimento das obras pela equipe técnica da Secretaria Municipal Obras designada para o acompanhamento, bem como decisões pertinentes à estrutura do contrato e particularidades da obra. Durante o prazo de garantia, a Contratada ficará obrigada a reparar quaisquer defeitos relacionados à má execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, sempre que houver solicitação, e sem ônus para o Contratante.

7. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo máximo para a conclusão dos serviços será de 150 (cento e cinquenta) dias.

Os serviços deverão ser realizados conforme cronograma físico-financeiro anexo.

Antes de findar o prazo fixado no precedente e, desde que formalizado, a empresa poderá solicitar que este seja prorrogado. Na ocorrência desta hipótese, a Prefeitura Municipal de José Gonçalves de Minas, através da Comissão de Fiscalização, examinará as razões expostas e decidirá pela prorrogação do prazo ou aplicação das penalidades previstas na legislação.

8. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A reforma a ser realizada consistirá da prestação de serviços de construção civil, em todos os sistemas integrados, e serviços pertinentes constante do:

- a) Memorial Descritivo;
- b) Planilha Orçamentária;
- c) CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO;

9. NORMAS TÉCNICAS

Os serviços objeto deste Termo de Referência deverão ser executados com a utilização de técnicas e rotinas adequadas e em estrita concordância e obediência às normas técnicas vigentes.

10. INSUMOS (MATERIAIS, MÃO DE OBRA, ETC.)

Na realização dos serviços, todos os insumos (materiais, peças e componentes) deverão ser fornecidos pela Contratada. Os insumos utilizados pela Contratada na execução dos serviços



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



aqui descritos deverão ser sempre de boa qualidade, devendo as amostras serem submetidas à aprovação da Comissão de Fiscalização antes do seu emprego.

A Contratada deverá, de imediato e às suas expensas, disponibilizar todas as ferramentas e equipamentos necessários à realização dos serviços objeto deste Termo de Referência. O Contratante não poderá ser responsabilizado por avarias, roubos ou danos porventura causados a estes equipamentos enquanto estiverem nas dependências da Praça, sendo, portanto, a Contratada responsável por todos os equipamentos, materiais, bem como a proteção da Praça durante o período de execução da obra até a entrega da mesma à Contratante.

11. EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

A Contratada deverá iniciar a execução dos serviços após o recebimento da ordem de serviço e atendimento as cláusulas contratuais. Os serviços realizados que impliquem em ônus extra para o Município e que não tenham sido autorizados e aprovados, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à Contratada qualquer alegação em contrário.

Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento provisório e, ainda, o definitivo, pela Comissão designada para Fiscalização da obra e/ou do Gestor do Contrato. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados durante o período de garantia previsto para o serviço.

12. FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Comissão de Fiscalização da Contratante designada para acompanhamento e fiscalização de obras. A Comissão de Fiscalização, designada pela Contratante antes do início do serviço, competirá o controle e fiscalização da execução da obra em suas diversas fases, decidir sobre dúvidas surgidas no decorrer da construção, efetuar anotações diárias em livro apropriado, proceder às medições dos serviços e manter a Contratante informada quanto ao andamento das obras e das ocorrências que devam ser objeto de apreciação superior. As exigências da Comissão de Fiscalização se basearão nas especificações e nas Normas Técnicas vigentes.

13. DIÁRIO DE OBRAS

Caberá à Contratada o fornecimento e manutenção de Diário de Obras devidamente numerado e rubricado pela Comissão de Fiscalização e pela Contratada diariamente, que permanecerá disponível para escrituração no local da obra e terá as seguintes características:

- Todas as folhas do Diário de Obras deverão ser assinadas por um representante da Comissão de Fiscalização e do Responsável Técnico da Contratada, no máximo, um dia após a referida data de entrada de dados;
- Deverá, a qualquer tempo, permitir a reconstituição dos fatos relevantes ocorridos na obra e que tenham influenciado de alguma forma seu andamento ou execução, contendo, no mínimo, os seguintes campos: nome da Contratada, nome da Contratante, data, prazo contratual, prazo decorrido, prazo restante, condições do tempo, máquinas e equipamentos, número e categoria de empregados, campo de ocorrências, campo para assinaturas do contratado e da contratante. Serão obrigatoriamente registrados no "Diário de Obras", pela Contratada:
- Falhas nos serviços de terceiros não sujeitos à sua ingerência;
- Consultas à Fiscalização;
- Datas de conclusão de etapas caracterizadas, de acordo com o cronograma aprovado;
- Acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



- Respostas às interpelações da Comissão de Fiscalização;
- Outros fatos que, a juízo da Contratada, devem ser objeto de registro. Ser objeto de registro no "Diário de Obras" pela Comissão de Fiscalização;
- Observações cabíveis a propósito dos lançamentos da Contratada no Diário de Obras;
- Observações sobre o andamento da obra ou serviço, tendo em vista as especificações, prazos e cronogramas;
- Soluções às consultas lançadas ou formuladas pela Contratada, com correspondência simultânea para autoridade superior, quando for o caso;
- Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da Contratada, seus prepostos e sua equipe;
- Determinação de providências para o cumprimento do objeto e especificações;
- Outros fatos que, a juízo da Comissão de Fiscalização, devem ser objeto de registro.

14. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- O Contratante se obriga a proporcionar ao Contratado todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato, consoante estabelece a Lei nº 8666/1993.
- Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços.
- Indicar o responsável pela fiscalização e acompanhamento dos serviços.
- Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a prestação dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.
- Providenciar os pagamentos ao CONTRATADO à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas, nos prazos fixados.
- Impedir o emprego de materiais e mão-de-obra que julgar impróprios.

15. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São de responsabilidade da licitante vencedora:

- Responsabilizar-se pela gestão da mão de obra necessária e qualificada para a realização dos serviços objeto deste Termo de Referência;
- Os empregados da Contratada não terão, em hipótese alguma, relação de emprego com este Município, sendo de exclusiva responsabilidade da Contratada as obrigações sociais, trabalhistas e fiscais, bem como o fornecimento e exigência de uso de equipamento de proteção individual para os funcionários;
- Responder pessoal, direta e exclusivamente pelas reparações decorrentes de acidentes de trabalho ocorridos durante a execução dos serviços contratados, bem como pelos danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Contratante ou a terceiros, ocorridos nos locais de trabalho;
- Cuidar para que os seus empregados designados para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência zelem pelo patrimônio público;
- Manter no local responsável técnico pelos serviços objeto do contrato, profissional devidamente habilitado, ou programar visitas;
- Designar preposto com amplos poderes para representá-la formalmente durante a prestação dos serviços em todos os assuntos operacionais e administrativos relativos ao objeto do contrato;
- Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, disponibilizando todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessária;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



- Substituir, sempre que exigido pelo Município e independentemente de justificativa por parte deste, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios;
- Reparar, corrigir, remover e refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução e/ou do uso de materiais de má qualidade;
- Indenizar o Contratante, pelo justo valor, quando ocorrerem danos, avarias, extravios e inutilização de objetos de sua propriedade ou de terceiros, decorrentes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;
- Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados com o mínimo de transtornos para o Município, devendo, para tanto, programar a sua execução em conjunto com a Fiscalização;
- Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e prevenção de acidentes no desempenho dos serviços;
- Proceder à limpeza e retirada de entulhos dos locais de trabalho, após a execução de serviços;
- Dar ciência à fiscalização, imediatamente e por escrito, sobre qualquer anormalidade verificada na execução do serviço;
- Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município, bem como prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, assim como atender prontamente às reclamações formalizadas;
- Informar à fiscalização, para efeito de controle de acesso às dependências da Praça, o nome, os respectivos números da carteira de identidade e da matrícula de todos os empregados a serem alocados na prestação do serviço;
- Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos da Lei 8666/1993.

16. ESTIMATIVA DE CUSTOS

O custo total estimado é de **R\$ 107.805,99** (cento e sete mil e oitocentos e cinco reais e noventa e nove centavos), para o lote 1 e conforme Relatório de Preço Estimativo em anexo.

17. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

O critério para avaliação das propostas será o de menor preço global.

18. MEDIÇÃO

As medições serão feitas de acordo com o cronograma físico/financeiro, respeitando os serviços executados naquele período, devendo a licitante vencedora apresentar planilha descritiva dos serviços executados, com relatório fotográfico da obra, que serão submetidos à aprovação pela Fiscalização.

O pagamento dos serviços será efetuado em parcelas mensais, por serviços efetivamente realizados e aceitos, de acordo com as condições efetuadas pela fiscalização do contratante. O pagamento dos serviços realizados será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar da liberação da medição. Os pagamentos somente serão efetuados mediante a apresentação dos documentos exigidos no Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



19. DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS

Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa as hipóteses previstas no Art. 23, inciso I alínea "b" Lei 8666/1993

20. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Todos os serviços deverão ser executados com mão de obra especializada e obedecendo-se rigorosamente o estabelecido no projeto de revitalização e demais projetos complementares. Para início dos serviços a empresa licitante vencedora, deverá emitir Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de execução da obra de reforma e, em casos específicos, ARTs pertinentes aos serviços.

21. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

23.1. Qualificação Técnica - Profissional

Prova de registro de inscrição da Empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

22. REAJUSTE

Por força das Leis Federais nº 9.069/95 e 10.192/2001, o valor deste Contrato será reajustado mediante iniciativa da CONTRATADA, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data limite para a apresentação da proposta ou do último reajuste, tendo como base a variação de índice oficial.

Decorrido o prazo acima estipulado, os preços unitários serão corrigidos monetariamente pelo Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.

A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação acumulada do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas para atender à contratação serão programadas em dotação orçamentária específica em conformidade com o Orçamento de Exercício de 2023, na classificação a ser informada neste Projeto Básico conforme abaixo.

Nº Ficha: 500 Fonte 500

AIRTON LUIZ CAMPOS JÚNIOR
Secretario Municipal de Cult., Esport., Lazer e Tur.

PEDRO ANTONIO DIAS SOARES
Engenheiro Civil

DESPACHO



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



1. Concordo com as justificativas e declarações exaradas neste PROJETO BÁSICO e em conformidade com o Inciso I alinea “b”, Art. 23 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.
2. Aprovo este Projeto Básico.

MARIA GOMES MOTOSO ROCHA
Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0063/2023

EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 0003/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada para REFORMA NA QUADRA POLIESPORTIVA de Ijicatu no Município de José Gonçalves de Minas/MG..

RECIBO

A empresa _____, CNPJ sob o nº _____, retirou nesta data o Edital da Tomada de Preço nº 0003/2023 e deseja ser informada de quaisquer alterações, respostas a esclarecimentos e impugnações pelo Email _____

Local e Data _____

Assinatura Responsável



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



AVISO DE LICITAÇÃO/EXTRATO EDITAL

Processo Licitatório nº 0063/2023 Tomada de Preço nº 0003/2023

O Município de José Gonçalves de Minas/MG torna público, que fará realizar licitação na modalidade **Tomada de Preço** n.º 0003/2023, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** - **Objeto: Contratação de empresa especializada para REFORMA NA QUADRA POLIESPORTIVA de Ijicatu no Município de José Gonçalves de Minas/MG. Entrega dos envelopes:** até as **29/06/2023 09:00:00 - 09:00:00**. Os interessados poderão retirar o edital e obter informações na sala de reuniões da Prefeitura, na Rua Natalino Lago da Veiga, 275, Centro – José Gonçalves de Minas/MG, nos dias úteis no horário de 07h00 às 16h00 ou via E-mail: licitacao@josegoncalvesdeminas.mg.gov.br

José Gonçalves de Minas, 13 de junho de 2023.

Valdício da Veiga Leite - Presidente da CPL